Grupo **Caixa Geral de Depositos**

Banco Caixa Geral BRASIL

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO CAIXA GERAL - BRASIL - 2011

Apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral -
Brasil S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil.
O Banco Caixa Geral- Brasil, que iniciou suas operações em Abril de 2009, completou seu 2º ano integral de atividades bancárias em Dezembro de 2011.
O Banco Caixa Geral - Brasil registrou avanços consideráveis na consolidação dos seus negócios quando comparados ao exercício de 2010, e apresentou desempenho operacional e financeiro bastante satisfatórios.
A conjuntura favorável que o Brasil atravessa, as necessidades que ainda se apresentam nas áreas de Infra-Estrutura, Petróleo e Gás e Turismo, entre outras, a crescente internacionalização das Empresas Brasileiras e, a crescente evolução nas relações econômicas entre Brasil, Portugal e a África de Língua Portuguesa, permitiram a conquista de uma base de Clientes e a realização de um conjunto de transações de referência.
O futuro da Instituição será orientado para o continuo avanço na consolidação dos relacionamentos com os Clientes nas áreas prioritárias de atuação, no desenvolvimento da oferta de produtos e serviços, respeitando as melhores práticas da atividade bancária e o exercício da responsabilidade social que lhe cabe.

1. FATOS RELEVANTES DE 2011

O Banco Caixa Geral - Brasil em conjunto com o Caixa-Banco de Investimento (Portugal) celebrou, em Junho de 2010, um acordo com o Grupo Banif com vista à aquisição de uma participação de 70% na Banif Corretora de Valores e Câmbio ("Banif CVC"). A transação foi realizada pela sua participada - a CGD Participações Financeiras Ltda., e através dela, o Banco Caixa Geral - Brasil deterá 35% do capital da referida Corretora e, o Caixa - Banco Investimento, os demais 35%.
A transação foi aprovada pelas autoridades competentes em Agosto de 2011 e, fato subseqüente, em Fevereiro de 2012, a transação foi devidamente formalizada e encontra-se apenas pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado
O Banco Caixa Geral - Brasil apresentou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 um lucro líquido de R$ 14, 2 milhões , comparado com R$ 11,1 milhões no exercício de 2010, apresentando um crescimento de 27,8%. Na obtenção desse resultado, destaca-se o crescimento de 26,7% das Receitas da Intermediação Financeira quando comparado com o exercício 2010, e, o crescimento de 132,6% nas receitas obtidas com Operações de Crédito.
A despesa de provisão para crédito de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 17,9 milhões, tendo crescido 1068 % quando comparado ao exercício 2010. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representam 8,1% da carteira total de crédito em 2011, comparado a 1,14 % em dezembro de 2010.
As despesas administrativas cresceram 18,79% em 2011 na comparação com 2010, sendo que as despesas de pessoal cresceram 23,56%, em linha com a consolidação do banco e de suas equipes.

2.2. Ativos e Passivos

2.2.1 Ativos Totais e Carteira de Crédito

Os ativos totais atingiram R$ 1.223 milhões em 31 de Dezembro de 2011, os quais comparados a R$ 721,3 milhões em dezembro de 2010, apresentam um crescimento de 69,6%. Em dezembro de 2011 os ativos totais estão representados principalmente por: R$ 223,4 milhões de operações de crédito e R$ 525,6 milhões de títulos e valores mobiliários, dos quais R$ 412,9 milhões em títulos públicos federais.

Total Carteira de Crédito	dez-2010	dez-2011	Δ %	Δ Valor
Operações de Crédito	168.341	223.391	33%	55.050
Operações de Crédito	168.341	223.391	33%	55.050
Outros Créditos	1.523	2.306	51%	783
Cessão de Crédito	1.523	–	NA	-1.523
ACC	–	2.306	NA	2.306
TVM	99.086	112.737	14%	13.651
Debêntures	58.957	69.450	18%	10.493
Notas Promissórias	40.128	43.286	8%	3.158
Sub total da carteira de crédito	268.950	338.434	26%	69.484
Garantias, Avais e Fianças	197.845	317.110	60%	119.265
Locais	64.976	171.639	164%	106.663
Internacionais	130.069	144.652	11%	14.583
Carta de Crédito	2.800	819	-71%	-1.981
Total Carteira de Crédito	466.795	655.543	40%	188.749

2.2.2 Recursos de Terceiros

O Banco Caixa Geral - Brasil vem crescendo consistentemente a sua captação de recursos de terceiros, tendo encerrado o exercício de 2011 com um crescimento de 17,8 % comparado a Dezembro de 2010, quando considerados captações no mercado aberto - R$ 110,3 milhões, depósitos e letras financeiras - R$ 192,8 milhões e repasses de instituições financeiras estrangeiras e oficiais - R$ 14,2 milhões. Cabe destaque o total da captação realizada junto a Pessoas Físicas em 2011, a qual representa 18% do total de depósitos.

Total das Captações	dez/10	dez/11	Δ %	Δ Valor
Captações no Mercado Aberto	86.384	110.320	28%	23.936
Depósitos Totais	183.004	185.504	1%	2.500
Empréstimos no Exterior	0	4.219	NA	4.219
Letras Financeiras	0	7.316	NA	7.316
Repasses no País - BNDES	0	10.000	NA	10.000
Total	**269.388**	**317.359**	**18%**	**47.971**

2.2.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R$ 418,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado a R$ 413,9 milhões em dezembro de 2010. A evolução do patrimônio líquido é decorrente do resultado do exercício, reduzido parcialmente pelo ajuste negativo de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R$ 0,18 milhões e pelos juros sobre o capital próprio de R$ 9,5 milhões distribuídos ao acionista. Vale lembrar que o Banco Caixa Geral - Brasil recebeu de seu acionista - a Caixa Geral de Depósitos, uma capitalização de R$ 277 milhões no decorrer do ano de 2010 e, que os resultados do ano de 2010 foram destinados à constituição de uma reserva de lucros.

2.2.4. Juros sobre Capital Próprio
No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, optou pela distribuição dos juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação média da TJLP, o que resultou na destinação aos acionistas de R$ 9.577 (Imposto de Renda na Fonte de R$ 1.436).

2.2.5. Índice da Basiléia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basiléia II e considera: a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, b) Risco de Mercado - parcela de exigência de capital para as exposições sujeitas a variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxa de juros não classificadas na carteira de negociação; e c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital. O Banco Caixa Geral - Brasil, de acordo com a Circular Bacen 3.477/2009 divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) com maior detalhamento no endereço eletrônico **www.bcgbrasil.com.br**
O Banco Caixa Geral - Brasil continua bastante capitalizado, tendo encerrado o exercício 2011 com um Índice de Basiléia II de 32,1%.

3. ESTRATÉGIA

O Banco Caixa Geral-Brasil é um banco múltiplo que opera com carteiras comerciais, de câmbio e de investimento, desde Abril de 2009.
Tendo como estratégia ser um banco de atacado e investimento, o BCG-Brasil, servindo-se da rede do Grupo CGD, apóia as ligações comerciais e de investimento que os seus clientes brasileiros tem estabelecidas na Europa ou em África e, apóia também os movimentos dos clientes do Grupo CGD presentes no Brasil.
A importância estratégica da presença no Brasil e a dimensão dos movimentos empresariais de e para o Brasil, está expressa no reforço do investimento que o Grupo decidiu realizar no país, tanto dotando o Banco de uma sólida base de capital, quanto efetuando a aquisição de uma corretora, importante ferramenta para sua atividade no mercado de capitais brasileiro e para o atendimento de seus clientes pessoas físicas e investidores institucionais.
Do ponto de vista estratégico-geográfico, o Banco procura atuar no triângulo Ibéria-Brasil-África, na medida em que considera este polígono geográfico como de elevado potencial de negócio, dada a posição de liderança mundial que as empresas brasileiras vêm conquistando, pela importância para Portugal e para as suas empresas que esses dois mercados representam (Brasil e África) e pelo fluxo de investimentos angolanos em Portugal e brasileiros em Angola e Moçambique.
A exploração de corredores de negócio entre estes países e a China poderá constituir nova aposta do BCG-Brasil, já que a CGD é o grupo financeiro português com a maior presença nesse país.
O BCG-Brasil possui uma oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras e operações de banco de investimento. Como banco de investimento, o BCG-Brasil tem focado na assessoria a financiamento de projetos, a fusões e aquisições, a financiamentos estruturados e a operações de mercado de capitais, tanto em dívida quanto em ações.
O Banco Caixa Geral - Brasil iniciou um atividade direcionada ao atendimento de Pessoas Físicas e Investidores Institucionais com uma oferta de produtos e serviços que engloba investimentos em renda fixa, serviços de corretagem, derivativos e câmbio.
O **BANCO CAIXA GERAL - BRASIL** Obteve os seguintes ratings relativos ao ano de 2010 e 1º Semestre de 2011:
- 5º colocado em Fusões e Aquisições Brasileiras no primeiro semestre de 2011 - ANBIMA.
- 6º colocado em Fusões e Aquisições Brasileiras de 2010 - ANBIMA.
- 5º colocado em Financiamento de Projetos-Estruturador de 2010 - ANBIMA.
- 47º no Ranking de Câmbio do Banco Central do Brasil para o ano de 2011 entre 153 instituições financeiras
- Destaque como 2º entre os 20 que mais cresceram em operações de crédito, entre os pequenos e médios bancos - Edição 2011 da Publicação "1000 Maiores Empresas" do Valor Econômico.
- Destaque como 3º entre os 20 que mais cresceram em depósitos totais, entre os pequenos e médios bancos - Edição 2011 da Publicação "1000 Maiores Empresas" do Valor Econômico.
- Assessoria na operação de aquisição de uma participação no capital da Oi pelo **Grupo Portugal Telecom** no montante global de cerca de BRL 8,3 Bilhões;
- Assessoria a Portugal Telecom na fusão da sua subsidiária **Dedic - GPTI** com a **Contax** e aquisição de participação na **CTX Participações**;
- Assessoria na aquisição por parte da **EDP-Energias do Brasil** dos direitos de exploração da Usina Hidroelétrica de Santo Antonio do Jari com 300 MW de capacidade instalada;
- Participação como Coordenador Contratado nas Ofertas Publicas de Distribuição de Ações da **Sonae Sierra** e da **EDP - Energias do Brasil**;
- Assessoria na operação de atração de capital para **Unidas** (segunda maior locadora de automóveis brasileira) num montante de BRL 300 milhões junto a 3 dos principais Fundos de Private Equity locais - Kinea, Gavea e Vinci - que serão sócios do Grupo SCG no Brasil.
- Participação como Coordenador Sub-Contratado na oferta pública de distribuição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **BR Distribuidora** no montante de BRL 350 milhões.
- Assessoria à **GALP** na alienação de uma participação minoritária na holding Exploração & Produção no Brasil, no montante aproximado de Euro 2 bilhões.
- Financiamento do projeto **EMBRAPORT** - terminal portuário da Odebrecht/Dubai Port Authority/ Coimex como Mandated Lead Arranger no montante de USD 330 milhões (BID B-Loan)
- Assessoria à estruturação financeira da concessão **AP05 -** coleta e tratamento de esgotos na zona oeste do Município do Rio de Janeiro para a **Foz do Brasil e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil**, no montante de BRL 84,2 milhões.

4. AGÊNCIAS DE RATING

Em Julho de 2011, o Banco Caixa Geral - Brasil foi pela primeira vez classificado por uma agência internacional de rating - a Fitch Ratings , a qual lhe atribuiu uma nota em escala nacional - AA- (bra).
Em função da deterioração do risco soberano de Portugal, considerando seus efeitos sobre o rating da Caixa Geral de Depósitos, em Novembro último, o Banco Caixa Geral - Brasil também teve o seu rating revisto para :
- Rating Nacional de Longo Prazo para A + (bra)
- Rating Nacional de Curto Prazo F1 (bra)
- Rating de Suporte 3
Desde 2010, a RISKbank também efetua análise e classificação do Banco Caixa Geral - Brasil .

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde Abril de 2009, o Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração com 6 membros, sendo 2 deles membros independentes com vasta experiência na área financeira e corporativa e, apenas um membro desempenha também funções executivas. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte de um Conselho Consultivo composto de 4 membros com inquestionável experiência de negócios em Portugal e no Brasil.
O Conselho de Administração dedica particular atenção à Gestão de Riscos, visando :
- assegurar que as políticas sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos e com a legislação pertinente;
- autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- garantir que a atuação do Banco Caixa Geral - Brasil seja consistente com o nível de tolerância a riscos, previamente aprovado pela Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos;
- manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

6. GESTÃO DE RISCOS

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é executada através da Diretoria Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios, tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Caixa Geral - Brasil e, mantendo intensa vínculo funcional com a Diretoria de Riscos do Grupo Caixa Geral de Depósitos.A Diretoria Executiva de Riscos se apóia na Gerência Executiva de Riscos de Crédito e na Gerência de Riscos de Mercado e Operacional.
A gestão de riscos no Banco Caixa Geral - Brasil está apoiada nos seguintes princípios:
- independência da função de riscos com relação às áreas de negócio;
- envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão;
- manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados face a critérios de concentração em clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

- Risco de Crédito
Risco de Crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Caixa Geral - Brasil. O gerenciamento do risco de crédito busca, além do estabelecimento de limites, analisar exposições e tendências. O objetivo é manter um perfil de riscos adequado em função de diretrizes estabelecidas na sua política de riscos de crédito e, realizar um monitoramento eficiente dos mesmos.

- Risco de Mercado
Risco de Mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preços no mercado de ações e outros valores, associados ao tipo de produto, montante das operações, prazo, condições do contrato e à volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitê interno, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos nos diversos mercados onde atua.

- Risco Operacional e Controles Internos
O Banco Caixa Geral - Brasil adota o sistema de controle de riscos operacionais de sua matriz (SAS OP Risk), o qual permite o registro e monitoramento dos eventos de risco operacional. Além disso, é realizado regularmente o Comitê de Risco Operacional com participação da Alta Direção com os objetivos de definir as ações necessárias para a mitigação dos riscos e melhorar a cultura e as ferramentas de gestão dos referidos riscos. O Banco Caixa Geral - Brasil utiliza a Abordagem Padronizada Padrão para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional.
O Banco Caixa Geral - Brasil através da sua área de controles internos, vem atendendo satisfatoriamente os requisitos das autoridades de supervisão, bem como aqueles requeridos por sua Matriz e, investido no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco, nos seus três primeiros anos de atividades.

7. RECURSOS HUMANOS

Em Dezembro de 2011, o Banco Caixa Geral - Brasil possuia 59 colaboradores, apresentando um crescimento de 22,9 % quando comparado ao efetivo de dezembro de 2010. O Banco Caixa Geral - Brasil, que iniciou suas atividades em Abril de 2009, entende ter estruturado a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional em instituições financeiras no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para o estabelecimento do Banco como uma instituição extremamente profissional e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE, o BCG-Brasil conta com 16 Estagiários em Dezembro de 2011, contribuindo assim, para a formação de novos profissionais no setor bancário.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

Ciente de sua responsabilidade para com a sociedade, O BCG - Brasil procurou apoiar projetos que incentivem uma sociedade mais solidária. Para tanto, buscou atuar em parceria com instituições e fundações com reconhecida experiência no campo social e cultural. As principais atividades de 2011 foram:

- Exposição Vieira da Silva - Instituto Tomie Ohtake
Em parceria com o Instituto Tomie Ohtake patrocinamos uma exposição em São Paulo sobre a ilustre artista portuguesa Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), enfatizando a sua forte relação com a arte Moderna Brasileira e seus principais representantes.

- Projeto Quixote - Uma outra história
Este projeto cuida de jovens de alto risco no Centro de São Paulo, Cracolândia, Praça da Sé, República, procurando integrar esses jovens de alto risco à sociedade, trabalhando em questões como a violência, abandono, educação, saúde e abuso de drogas. O projeto é muito reconhecido no cenário nacional e é uma referência no setor, tendo sido premiado pela UNICEF, ABRINQ, Fundação SCHWAB, entre outros.

- Projeto de Educação Especial para Crianças e Adolescentes Cegos - Fundação Dorina Nowill
Apoiamos a produção e distribuição de livros infantis em Braille em tinta e em áudio para crianças com e sem deficiência visual, os quais serão entregues a 12.000 escolas e bibliotecas.

- Iniciação ao karatê-do para jovens com deficiência intelectual - Instituto Olga Kos
O objetivo deste projeto é o de oferecer arte, cultura e esporte para crianças e jovens com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual.
O Banco Caixa Geral - Brasil renovou seu compromisso para 2012 com as mesmas instituições acima mencionadas, procurando dar a elas consistência no apoio às suas iniciativas, tendo em vista a qualidade da prestação que elas agregam na melhoria da condição cultural e social do Brasil.
O BCG - Brasil participa ativamente dos esforços de sustentabilidade do Grupo CGD que possui equipes multidisciplinares para implementar seu Programa de Sustentabilidade, o qual assegurou à Caixa Geral de Depósitos os seguintes reconhecimentos:
- "The New Economy's Sustainable Finance Awards" - A CGD foi distinguida com Instituição Financeira mais Sustentável de Portugal em 2011 pela The New Economy.
- Responsabilidade climática em Portugal - índice ACGE 2011 líder do setor financeiro na resposta ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono.
- Prêmio Desenvolvimento Sustentável - "Prêmio Destaque 2010/2011 - Maior subida face à Edição de 2009", pela Heidrick & Struggles e pelo Diário Econômico.
- Marca de Confiança na Atuação ambiental - Desde 2008, a CGD é reconhecida como o banco Português que tem mais iniciativas com vista à preservação do Planeta - Selecções Reader´s Digest.

9. AGRADECIMENTO

A administração do Banco Caixa Geral- Brasil agradece ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos o apoio recebido, quer através do reforço do seu patrimônio líquido, quer na disponibilidade de recursos para aquisições no Brasil.
Aos clientes que nos depositam confiança, manifestamos também o nosso agradecimento.
Aos nossos funcionários agradecemos o compromisso e dedicação, sem os quais, qualquer projeto não se desenvolve nem cria valor.
Finalmente aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos, agradecemos a colaboração.

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2011	2010
Circulante	**805.587**	**309.444**
Disponibilidades	**4.879**	**572**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**482**	**15.522**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	322	15.522
Aplicações em operações compromissadas	160	–
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**243.768**	**254.554**
Carteira própria	239.807	248.652
Instrumentos financeiros derivativos	3.961	5.902
Relações Interfinanceiras	**6**	**144**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	144
Operações de Crédito	**101.191**	**26.589**
Operações de crédito	102.576	26.723
Setor privado	102.576	26.723
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.385)	(134)
Outros Créditos	**454.309**	**11.826**
Carteira de câmbio	435.469	3.661
Rendas a receber	2.745	535
Diversos	16.106	7.630
(–) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(11)	–
Outros Valores e Bens	**952**	**237**
Despesas antecipadas	952	237
Realizável a Longo Prazo	**415.549**	**409.529**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**457**	**17.054**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	457	17.054
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**294.729**	**250.073**
Carteira própria	108.995	72.715
Vinculados a compromissos de recompra	110.809	86.697
Vinculados à prestação de garantias	66.001	81.096
Instrumentos financeiros derivativos	8.924	9.565
Operações de Crédito	**119.628**	**139.819**
Operações de crédito	120.815	141.618
Setor privado	120.815	141.618
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.187)	(1.799)
Outros Créditos	**663**	**2.583**
Rendas a receber	16	–
Diversos	17.865	2.583
(–) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(17.218)	–
Outros Valores e Bens	**72**	**–**
Despesas antecipadas	72	–
Permanente	**2.312**	**2.346**
Investimentos	**37**	**17**
Participação em controlada	37	17
Outros investimentos	2	2
Provisão para perdas	(2)	(2)
Imobilizado de Uso	**2.087**	**2.000**
Outras imobilizações de uso	3.377	2.791
Depreciações acumuladas	(1.290)	(791)
Intangível	**188**	**329**
Outros ativos intangíveis	972	796
Amortizações acumuladas	(784)	(467)
Total do Ativo	**1.223.448**	**721.319**

Passivo	2011	2010
Circulante	**716.140**	**207.805**
Depósitos	**126.402**	**98.128**
Depósitos à vista	597	52
Depósitos interfinanceiros	60.250	40.856
Depósitos a prazo	65.555	57.220
Captações no Mercado Aberto	**110.320**	**86.384**
Carteira própria	110.320	86.384
Relações Interdependências	**500**	**–**
Recursos em trânsito de terceiros	500	–
Obrigações por Empréstimos	**4.219**	**–**
Empréstimos no exterior	4.219	–
Instrumentos Financeiros Derivativos	**7.000**	**79**
Instrumentos financeiros derivativos	7.000	79
Outras Obrigações	**467.699**	**23.214**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	192	42
Carteira de câmbio	433.136	3.847
Sociais e estatutárias	8.312	171
Fiscais e previdenciárias	9.351	6.651
Negociação e intermediação de valores	104	634
Diversas	16.604	11.869
Exigível a Longo Prazo	**89.050**	**99.650**
Depósitos	**59.102**	**84.876**
Depósitos a prazo	59.102	84.876
Recurso de Aceite e Emissão Títulos	**7.316**	**–**
Recurso de aceites cambiais	7.316	–
Repasses do País - Instituições Oficiais	**10.000**	**–**
Obrigações por repasses - Finame	10.000	–
Instrumentos Financeiros Derivativos	**9.916**	**8.790**
Instrumentos financeiros derivativos	9.916	8.790
Outras Obrigações	**2.716**	**5.984**
Fiscais e previdenciárias	1.878	2.641
Diversas	838	3.343
Patrimônio Líquido	**418.258**	**413.864**
Capital social	400.000	400.000
De domiciliados no exterior	400.000	400.000
Reservas de lucros	18.438	13.795
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(180)	69
Total do Passivo	**1.223.448**	**721.319**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira	**46.466**	**93.594**	**73.841**
Operações de crédito	17.976	32.119	13.810
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	28.211	56.961	41.752
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	279	4.514	18.279
Despesas da Intermediação Financeira	**(17.530)**	**(50.301)**	**(34.134)**
Operações de captações no mercado	(16.331)	(29.932)	(18.029)
Operações de empréstimos e repasses	(808)	(808)	(376)
Operações de câmbio	2.071	(1.693)	(14.199)
Despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa	(2.462)	(17.868)	(1.530)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**28.936**	**43.293**	**39.707**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(20.284)**	**(27.954)**	**(23.874)**
Receita de prestação de serviços	11.454	20.230	21.968
Resultado de participação em controlada	(12)	(19)	(45)
Despesas de pessoal	(21.244)	(31.242)	(25.332)
Outras despesas administrativas	(8.755)	(15.856)	(13.348)
Despesas tributárias	(2.870)	(5.606)	(7.083)
Outras receitas operacionais	1.636	5.791	1.542
Outras despesas operacionais	(493)	(1.252)	(1.576)
Resultado Operacional	**8.652**	**15.339**	**15.833**
Resultado não Operacional	**11**	**11**	**(14)**
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**8.663**	**15.350**	**15.819**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**500**	**(782)**	**(4.463)**
Provisão para imposto de renda	(2.635)	(6.036)	(5.298)
Provisão para contribuição social	(1.784)	(3.418)	(2.849)
Ativo fiscal diferido	4.919	8.672	3.684
Participação Estatutária	**(348)**	**(348)**	**(234)**
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	**8.815**	**14.220**	**11.122**
Juros sobre Capital Próprio	**(9.577)**	**(9.577)**	**–**
Lucro por Ação (R$)	**8,21**	**4,33**	**10,36**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido Ajustado no Semestre/Exercício	7.227	21.459	11.644
Lucro líquido do semestre/exercício	8.815	14.220	11.122
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações	159	318	268
Depreciações	255	499	465
Resultado da participação em controlada	12	19	45
Receita diferida	262	201	78
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	69	397	1.001
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233)	638	1.530
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	2.694	17.230	–
Provisão para impostos e contribuições diferidos	78	(535)	741
Créditos tributários	(4.919)	(8.672)	(3.684)
Constituição (Reversão) de provisão para contingências	35	(2.856)	61
Prejuízo na venda ativo imobilizado	–	–	17
Variações dos Ativos e Obrigações	(7.746)	(20.832)	(306.470)
Aumento (Redução) em aplicações interfinanceiras de liquidez	231.980	31.797	(32.576)
Redução em títulos e valores mobiliários	(252.228)	(36.869)	(370.618)
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	1.338	10.628	(3.993)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras	58	138	(132)
Aumento (Redução) em operações de crédito	36.364	(55.049)	(91.596)
(Redução) Aumento em outros créditos	(384.435)	(449.000)	5.748
(Redução) Aumento em outros valores e bens	(1.005)	(786)	58
(Redução) Aumento em depósitos	(69.370)	2.502	111.559
Aumento em captação no mercado aberto	16.736	23.936	56.874
Aumento em recursos de letras financeiras	6.165	7.316	–
Aumento em relações interdependências	500	500	–
Aumento em outras obrigações	406.152	444.055	18.206
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades Operacionais	(519)	627	(294.826)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de quotas - participação em controlada	(22)	(39)	(61)
Alienação de imobilizado de uso	–	–	75
Aquisição de imobilizado de uso	(459)	(587)	(530)
Aplicações no intangível	(152)	(176)	(209)
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Investimentos	(633)	(802)	(725)
Fluxos de Caixas das Atividades de Financiamentos:			
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos	14.219	14.219	(14.182)
Aumento de capital social	–	–	277.000
Juros sobre capital próprio propostos	(9.577)	(9.577)	–
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Investimentos	4.642	4.642	262.818
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.490	4.467	(32.733)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.549	572	33.305
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5.039	5.039	572
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.490	4.467	(32.733)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros					
	Capital social	Legal	Estatutária	Expansão	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	123.000	45	35	–	187	2.593	125.860
Aumento de capital	277.000	–	–	–	–	–	277.000
Ajuste ao valor de mercado títulos e valores mobiliários e derivativos	–	–	–	–	(118)	–	(118)
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	11.122	11.122
Destinação do lucro líquido							
Constituição de reservas	–	556	(35)	13.194	–	(13.715)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	400.000	601	–	13.194	69	–	413.864
Ajuste ao valor de mercado títulos e valores mobiliários e derivativos	–	–	–	–	(249)	–	(249)
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	14.220	14.220
Destinação do lucro líquido							
Constituição de reservas	–	711	–	3.932	–	(4.643)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(9.577)	(9.577)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	400.000	1.312	–	17.126	(180)	–	418.258
Saldos em 30 de Junho de 2011	400.000	871	–	18.329	(250)	–	418.950
Ajuste ao valor de mercado títulos e valores mobiliários e derivativos	–	–	–	–	70	–	70
Lucro do semestre	–	–	–	–	–	8.815	8.815
Destinação do lucro líquido							
Constituição (reversão) de reservas	–	441	–	(1.203)	–	762	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(9.577)	(9.577)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	400.000	1.312	–	17.126	(180)	–	418.258

continua

Grupo **Caixa Geral de Depositos**

Banco **Caixa Geral**
BRASIL

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada a operar sob a forma de banco múltiplo através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento, tendo iniciado suas atividades em 1º de abril de 2009, como banco de atacado. O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. é o sucessor legal do Banco Financial Português - "em Liquidação Ordinária", transformado em banco múltiplo em 3 de dezembro de 2008, tendo então a liquidação ordinária sido suspensa. Em 2 de junho de 2010, a CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda., controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. e pela Caixa Banco de Investimento, S.A., em partes iguais, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 70% do capital social da Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Banif CVC"). Em 26 de agosto de 2011 foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro que aprova a participação estrangeira no capital social da Banif CVC. O pagamento foi dividido em 2 parcelas, sendo a primeira parcela liquidada em 9 de fevereiro de 2012 e a segunda parcela a liquidar em 1 de março de 2012. Dessa forma, o Banco passará a deter, através da sua controlada - a CGD Participações em Instituições Financeiras Ltda., 35% do capital da referida Corretora e, o Caixa Banco de Investimento, S.A., os demais 35%. Em 12 de julho de 2010, o Banco Caixa Geral - Brasil S.A. celebrou contrato de compra e venda de quotas com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a Caixa - Participações, SGPS, S.A., para aquisição de 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalente a 50% da participação no total das quotas representativas do capital social da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda., com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. A Caixa Banco de Investimento S.A. passou a deter, nessa mesma data, os restantes 50% da participação da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. Em 30 de agosto de 2010, o Banco aumentou a participação no capital social da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda., pelo montante de R$ 50, totalmente integralizado, livres de ônus e encargos, no valor de R$ 1 cada, conforme alteração do contrato social da CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. registrado na Junta Comercial de São Paulo sob o número 326.113/10-1.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2012; **e)** CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4007/11, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2012; **f)** CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; e **g)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a utilização dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, ajustadas a valor de mercado. **d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, do BACEN, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados como "títulos para negociação" são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre e do exercício. Os títulos classificados como "títulos disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e seus ajustes são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, e são transferidos para o resultado do semestre e do exercício em que houver a efetiva alienação. Os "títulos mantidos até o vencimento" são avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. A classificação nesta categoria está condicionada à capacidade financeira do Banco em mantê-los até o resgate, cuja decisão da Administração, desconsidera a possibilidade de venda destes títulos. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 do BACEN, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, *swaps* e opções são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios: • Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data dos balanços; • Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados mensalmente como receita ou despesa; • Operações de *swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras; • Opções: nas operações com opções são registrados, na data da operação, os valores dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício, conforme o caso. • Os instrumentos financeiros derivativos registrados no Banco são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização no resultado do semestre e do exercício. **f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras coisas, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. **g) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável. **h) Investimentos:** O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. **i) Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. **j) Intangível:** Está demonstrado pelo custo de aquisição de softwares e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso. **k) Valor de recuperação dos ativos não monetários:** Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisão para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, às taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. **n) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades	4.879	572
Operações compromissadas	160	–
Total	5.039	572

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2011			2010		
	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	322	457	779	15.522	17.054	32.576
Aplicações em operações compromissadas	160	–	160	–	–	–
Total	482	457	939	15.522	17.054	32.576

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações em depósitos interfinanceiros apresentam, na data de aquisição, prazo de vencimento superior a noventa dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011		2010	
Títulos para negociação:	Valor na curva	Valor contábil/ mercado	Valor na curva	Valor contábil/ mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN	65.698	65.652	47.323	47.345
Notas do tesouro nacional - NTN	104.852	104.838	161.260	161.179
Total de títulos negociação	170.550	170.490	208.583	208.524
Títulos disponíveis para venda:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	136.379	136.245	–	–
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	1.351	1.351	1.210	1.210
Notas do tesouro nacional - NTN	104.957	104.790	180.225	180.341
Debêntures	69.450	69.450	58.957	58.957
Notas promissórias	43.286	43.286	40.127	40.128
Total de títulos disponíveis para venda	355.423	355.122	280.519	280.636
Total de títulos e valores mobiliários	525.973	525.612	489.102	489.160

(*) Títulos bloqueados em garantia conforme Nota 18. a).

b) Composição por prazo de vencimento:

	2011		2010	
Títulos para negociação:	Valor na curva	Valor contábil/ mercado	Valor na curva	Valor contábil/ mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN:				
De 3 a 12 meses	–	–	47.323	47.345
De 1 a 3 anos	65.698	65.652	–	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN:				
Até 3 meses	104.852	104.838	–	–
De 1 a 3 anos	–	–	161.260	161.179
Total de títulos públicos	170.550	170.490	208.583	208.524
Letras Financeiras do Tesouro - LFT:				
De 1 a 3 anos	–	–	1.210	1.210
De 3 a 5 anos	1.351	1.351	–	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN:				
De 1 a 3 anos	136.379	136.245	–	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN:				
De 1 a 3 anos	104.957	104.790	180.225	180.341
Total de títulos públicos	242.687	242.386	181.435	181.551
Debêntures:				
De 3 a 12 meses	26.031	26.031	–	–
De 3 a 5 anos	43.419	43.419	58.957	58.957
Total Debêntures	69.450	69.450	58.957	58.957
Notas Promissórias:				
De 3 a 12 meses	43.286	43.286	40.127	40.128
Total de títulos privados	112.736	112.736	99.084	99.085
Circulante (*)	239.867	239.807	87.450	87.473
Realizável a longo prazo	286.106	285.805	401.652	401.687

(*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Para os títulos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para os títulos que não possuem preços de mercado divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria " disponíveis para venda" em 31 de dezembro de 2011, resultaram em ajuste positivo no montante de R$ 300 (R$ 118 em 2010) impactando o patrimônio líquido do Banco em R$ 180 (R$ 69 em 2010), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

	2011		2010	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor contábil/ mercado	Valor na curva	Valor contábil/ mercado	Valor na curva
Swap - diferencial a receber	12.885	1.370	8.680	3.957
Swap - diferencial a pagar	(16.916)	(5.983)	(8.869)	(5.120)
Total *Swap*	(4.031)	(4.613)	(189)	(1.163)
NDF - a receber	–	–	6.787	6.438
Total *NDF*	–	–	6.787	6.438
Total líquido	(4.031)	(4.613)	6.598	5.275

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "Swap", "Non Deliverables Forward - NDF" e futuros, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. A seguir, demonstramos os valores registrados em conta de ativo e compensação, segregados nas categorias: indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber:

Swap – 2011

		Valor contábil/mercado			
Indexador	Valor de referência	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Valor de curva total
Posição ativa:					
Pós-fixados - CDI	327.778	278.779	82.535	361.314	360.801
Moeda estrangeira - Dólar	137.745	–	138.008	138.008	141.630
Pós-fixados - Libor	186.678	22.585	162.198	184.783	191.930
Pós-fixado - IPCA	280.340	249.410	59.000	308.410	301.037
Subtotal	932.541	550.774	441.741	992.515	995.398
Posição Passiva:					
Pós-fixados - CDI	(302.873)	(269.907)	(54.776)	(324.683)	(324.743)
Moeda estrangeira - Dólar	(165.533)	(1.394)	(166.756)	(168.150)	(171.271)
Moeda estrangeira - Euro	(10.657)	(10.584)	–	(10.584)	(10.653)
Pós-fixados - Libor	(186.678)	(22.585)	(162.199)	(184.784)	(191.930)
Pós-fixados - IPCA	(266.800)	(249.343)	(59.002)	(308.345)	(301.414)
Subtotal	(932.541)	(553.813)	(442.733)	(996.546)	(1.000.011)
Total a pagar	–	(3.039)	(992)	(4.031)	(4.613)

Swap – 2010

		Valor contábil/ mercado			
Indexador	Valor de referência	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Valor de curva total
Posição ativa:					
Pós-fixados - CDI	178.133	–	183.649	183.649	183.676
Moeda estrangeira - Dólar	782.155	6.010	635.023	641.033	646.557
Pós-fixado - Libor	798.597	–	651.890	651.890	660.246
Subtotal	1.758.885	6.010	1.470.562	1.476.572	1.490.479
Posição Passiva:					
Pós-fixados - CDI	28.625	(6.090)	(23.252)	(29.342)	(29.494)
Moeda estrangeira - Dólar	776.063	–	(635.577)	(635.577)	(641.268)
Pós-fixados - Libor	798.597	–	(650.701)	(650.701)	(659.491)
Pós-fixados - IPCA	155.600	–	(161.141)	(161.141)	(161.389)
Subtotal	1.758.885	(6.090)	(1.470.671)	(1.476.761)	(1.491.642)
Total a receber (pagar)	–	(80)	(109)	(189)	(1.163)

NDF – 2010

	Valor contábil/mercado					Valor de curva
Posição	Valor de referência	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 Dias	Total	Total
Comprada	67.386	28.820	11.527	31.860	72.207	73.823
Vendida	73.824	26.445	9.863	29.112	65.420	67.385
Total a receber	–	2.375	1.664	2.748	6.787	6.438

Futuros – 2011

		Valor de referência						Ajustes a receber (pagar)
Mercadoria	Posição	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
DDI	Comprada	–	–	–	9.207	17.527	26.734	(111)
DI1	Comprada	–	–	975	2.835	130.915	134.725	22
DOL	Comprada	–	4.230	–	–	–	4.230	(11)
DI1	Vendida	116.505	–	–	–	65.694	182.199	(8)
EUR	Vendida	–	5.592	–	–	–	5.592	21
Total		116.505	9.822	975	12.042	214.136	353.480	(87)

Futuros – 2010

		Valor de referência						Ajustes a receber (pagar)
Mercadoria	Posição	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
DDI	Comprada	44.868	1.658	11.564	17.204	32.621	107.915	(970)
DI1	Comprada	–	–	–	–	5.886	5.886	(38)
DI1	Vendida	–	–	18.009	64.670	34.293	116.972	6
DOL	Vendida	44.571	5.439	–	–	–	50.010	376
Total		89.439	7.097	29.573	81.874	72.800	280.783	(626)

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores. **a) Resultado com Instrumentos financeiros derivativos:** Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram o resultado do exercício em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	2º semestre de 2011			Exercício de 2011		
Instrumento financeiro derivativo	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	27.738	(28.551)	(813)	53.843	(53.837)	6
NDF	–	–	–	11.779	(6.788)	4.991
Opções	689	(615)	74	689	(615)	74
Contrato de futuros	21.136	(20.118)	1.018	67.717	(68.274)	(557)
Total	49.563	(49.284)	279	134.028	(129.514)	4.514

	Exercício de 2010		
Instrumento financeiro derivativo	Ganho	Perda	Líquido
Swap	52.697	(27.174)	25.523
NDF	10.220	(2.988)	7.232
Opções	19	(202)	(183)
Contrato de futuros	240.290	(254.583)	(14.293)
Total	303.226	(284.947)	18.279

b) Valor e tipo de margem dados em garantia: O montante de margem depositado em garantia na BM&FBOVESPA das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 tem a seguinte composição:

Título	2011	2010
Notas do tesouro nacional - NTN	64.650	79.886
Total	64.650	79.886

8. GESTÃO DE RISCOS

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visando assegurar que as diversas unidades estão seguindo as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção. **I - Risco de Mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportadas as demais medidas de controle de risco de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas: • Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos; • Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos); • Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo; • Sensibilidade (PV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. • Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido do Banco. Em 31 de dezembro de 2011, o VaR ao qual o Banco estava exposto era de R$ 1.497. **II - Risco de Crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão do risco de crédito do Banco objetiva maximizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. O Banco estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e exterior, incluindo market share, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado e inflação. Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Banco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso. O Banco constitui provisão, visando garantir que o nível de aprovisionamento seja compatível à perda esperada, calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. **III- Risco Operacional:** O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 1 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico. **IV- Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação	2011	2010
Capital de giro	192.942	151.714
Notas de crédito à exportação - NCE	20.420	16.627
Financiamento - Finame	10.029	–
Total de operações de crédito	223.391	168.341
Outros créditos e títulos a receber (*)	17.218	1.523
Adiantamento sobre contrato de câmbio	2.306	–
Total da carteira de crédito	242.915	169.864
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.801)	(1.933)
Total	223.114	167.931
Circulante	103.486	28.112
Realizável a longo prazo	119.628	139.819

(*) Em 31 de dezembro de 2011, refere-se à operação de títulos e créditos a receber de direitos a serem sub-rogados, registradas em outros créditos (Nota 11). Em 31 de dezembro de 2010 refere-se à operação de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito sem coobrigação.

b) Composição da carteira por setor de atividade	2011	2010
Setor Privado:		
Indústria	38.506	51.383
Comércio	29.249	92.125
Outros	175.160	26.356
Total	242.915	169.864

c) Composição da carteira por vencimento

	2011					
A vencer	0 a 30 dias	31 a 90 dias	121 a 150 dias	151 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Prazo:						
Capital de giro	24.994	9.517	–	47.645	110.786	192.942
Notas de crédito à exportação - NCE	–	–	–	20.420	–	20.420
Financiamento - Finame	–	–	–	–	10.029	10.029
Outros	–	–	–	–	17.218	17.218
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC	–	–	2.306	–	–	2.306
Total	24.994	9.517	2.306	68.065	138.033	242.915

A vencer	2010			
Prazo:	31 a 120 dias	121 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Capital de giro	159	26.564	124.991	151.714
Notas de crédito à exportação-NCE	–	–	16.627	16.627
Outros	–	1.523	–	1.523
Total	159	28.087	141.618	169.864

d) Composição da carteira por nível de risco

		2011		2010	
Nível	Faixa de provisão - %	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Em curso normal:					
AA	–	9.617	–	1.523	–
A	0,5%	2.306	11	43.192	(216)
B	1,0%	192.087	(1.921)	101.854	(1.018)
C	3,0%	21.687	(651)	23.295	(699)
Direitos a serem sub-rogados	100%	17.218	(17.218)	–	–
Total		242.915	(19.801)	169.864	(1.933)

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2011	2010
Saldo inicial 31 de dezembro de 2010	(1.933)	(403)
Provisão constituída	(17.868)	(1.530)
Saldo final 31 de dezembro de 2011	(19.801)	(1.933)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não houve operações de cessão de créditos. As recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como receitas de operações de crédito no montante de R$ 6 (R$ 300 em 2010) no exercício em 31 de dezembro de 2011.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2011	2010
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	219.214	2.005
Direitos sobre vendas de câmbio	216.255	1.846
Outros	–	(190)
Total	435.469	3.661
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	215.872	1.842
Obrigações por compras de câmbio	219.570	2.005
Adiantamento sobre contrato de câmbio	(2.306)	–
Total	433.136	3.847

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2011	2010
Programa de Integração Social - PIS a compensar (a)	1.650	1.611
Créditos tributários de contribuição social - Medida Provisória nº 1.807/99 (a)	1.219	1.219
Créditos tributários sobre adições temporárias (a)	518	518
Contribuição social a restituir (a)	307	298
IR e CSLL (a)	146	146
Provisão para realização dos créditos e impostos a compensar (a)	(3.840)	(3.792)
Subtotal	–	–
Crédito tributário (Nota 19.b)	14.794	6.122
Depósitos judiciais	209	1.442
Impostos a recuperar	370	1.008
Adiantamento e antecipações salariais	44	27
Valores a receber da Caixa Geral de Depósitos (b)	52	85
Outros créditos e títulos a receber (Nota 9.a)	17.218	1.523
Devedores diversos	1.284	6
Total de outros créditos - diversos	33.971	10.213
Circulante	16.106	7.630
Realizável a longo prazo	17.865	2.583

a) A Administração, tendo em vista as contingências do Banco Financial Português, que encontrava-se em "Liquidação Ordinária" e tendo em vista o início das atividades como banco múltiplo e com base na Resolução CMN nº 3.059/02 e disposições posteriores, mantêm provisão para realização da totalidade desses créditos. **b)** Referem-se a valores a receber de acionista no exterior Caixa Geral de Depósitos S.A., oriundos de despesas com a instalação do Banco.

12. RENDAS A RECEBER - CIRCULANTE

	2011	2010
Comissões por garantias prestadas a receber	483	433
Serviços prestados a receber (a)	2.278	102
Total	2.761	535

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

13. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

	CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda.	
Dados da controlada	2011	2010
Capital social	1.303	1.226
Patrimônio Líquido	73	34
Prejuízo líquido do exercício	(38)	(90)
Situação dos investimentos		
Participação societária	50%	50%
Saldo no início do exercício	17	–
Aquisição de participação societária	39	62
Resultado de participação em controlada	(19)	(45)
Saldos no fim do exercício	37	17

14. IMOBILIZADO

Está representado por:

		2011			2010
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.828	(1.131)	1.697	1.674
Comunicação	10%	309	(55)	254	218
Processamento de dados	20%	207	(99)	108	107
Veículos	20%	33	(5)	28	1
Total		3.377	(1.290)	2.087	2.000

15. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares adquiridas para implementações das atividades do Banco, a seguir:

		2011			2010
	Taxa anual amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	972	(784)	188	329
Total		972	(784)	188	329

16. CAPTAÇÕES

a) Depósitos a prazo e interfinanceiros: São representados por captações em depósitos a prazo e interfinanceiros com vencimentos até 2018, atreladas à variação do CDI.

Prazos	2011	2010
Até 30 dias	6.424	–
De 30 a 90 dias	67.385	20.786
De 91 a 180 dias	13.702	51.379
De 181 a 360 dias	38.294	25.911
Acima de 360 dias	59.102	84.876
Total	184.907	182.952
Circulante	125.805	98.076
Exigível a longo prazo	59.102	84.876

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R$ 179.343 (R$ 180.009 em 2010), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 99% a 112% (de 97,5% a 108,5% em 2010). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R$ 5.564 (R$ 2.943 em 2010), apresentam taxas ao ano que variam de 10,61% a 14,10% (11,24% a 12,81% em 2010). **b) Captações no mercado aberto:** Em 2011, representado pela carteira de livre movimentação vinculada a operações compromissadas no montante de R$ 110.320 com vencimento em janeiro de 2012. Em 2010, representado por recompras a liquidar carteira própria no montante de R$ 86.384 com vencimento em janeiro de 2011. **c) Recursos de aceites cambiais:** Representado por letras financeiras com taxas pós-fixadas, no montante de R$ 3.303, apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 112% a 113% . As letras financeiras com taxas pré-fixadas, no montante de R$ 4.013, apresentam taxas ao ano que variam de 10,65% a 11,00%. **d) Obrigações por repasses do país - Exigível a longo prazo:** Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES com prazo de vencimento até 2016 e atualizados pela variação da TJLP ou UMBNDS, acrescida de juros máximo de 1,4% a.a.. **e) Obrigações por empréstimos no exterior:** Representado pela captação em USD 2.500 com empresa do grupo Caixa Geral de Depósitos New York e montante em reais de R$ 4.219, taxa de 0,85% e vencimento em 3 de janeiro de 2012.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:	2011	2010
Depósito para garantia de Patrimônio Líquido (*)	171	171
Dividendos e Bonificações a pagar (**)	8.141	–
Total	8.312	171

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da Matriz, a Caixa Geral de Depósitos S.A. (**) Refere-se a juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas.

b) Fiscais e previdenciárias:	2011	2010
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (Nota 18.a)	1.878	3.914
Imposto de renda e contribuição social	5.197	3.214
Impostos e contribuições a recolher	3.994	1.423
Impostos e contribuições diferidos (Nota 19.b)	160	741
Total	11.229	9.292
Circulante	9.351	6.651
Realizável a longo prazo	1.878	2.641

c) Diversas	2011	2010
Provisão para contingências cíveis (Nota 18.b)	110	1.155
Provisão para sucumbência de honorários advocatícios (Nota 18.b)	182	1.217
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 18.b)	–	111
Provisão para despesas de pessoal (**)	13.889	10.592
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	1.398	1.001
Provisão para fornecedores a pagar	846	570
Outras	1.017	5.663
Total	17.442	15.211
Circulante	16.604	11.869
Exigível a longo prazo	838	3.343

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R$ 315.471 (R$ 195.045 em 2010), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R$ 1.398 (R$ 1.001 em 2010), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99. (**) O valor da provisão para despesas de pessoal inclui o montante de R$12.274 (R$ 8.415 em 2010) referente ao Programa de Participação nos Lucros e Resultados de funcionários e remuneração de dirigentes descritos na Nota 23.

18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financial Português, em "Liquidação Ordinária", para que assim pudesse reiniciar as atividades como Banco múltiplo. Tendo em vista as atualizações dos processos no exercício de 2011, a Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reenquadrou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3823/09 (Nota 18 b). Assim, o Banco possui provisões para contingências de natureza fiscal, trabalhista e cível, oriundas do Banco Financial Português, nos montantes de R$ 1.878 (R$ 3.914 em 2010), (R$ 111 em 2010) e R$ 292 (R$ 1.217 em 2010), respectivamente, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações - diversas".

a) Obrigações legais e contingências fiscais:

	2011		2010	
Descrição	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
Contribuição social (i)	354	–	451	–
PIS (ii)	1.451	–	1.405	–
Subtotal	1.805	–	1.856	–
Contingências fiscais:				
CPMF (iii)	–	–	1.273	1.273
IOF (iv)	–	–	344	–
ISS (v)	–	1.351	376	–
IRPJ	73	–	65	–
Subtotal	73	1.351	2.058	1.273
Total	1.878	1.351	3.914	1.273

Grupo **Caixa Geral de Depositos**

Banco **Caixa Geral**
BRASIL

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
CNPJ nº 33.466.988/0001-38

www.bcgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

(i) Referem-se, principalmente, a autuações sofridas pelo não-recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos exercícios de 1997 e 1998, cujas bases de cálculo, utilizadas para recolhimento desse tributo, estão sendo questionadas pela Receita Federal do Brasil - RFB. **(ii)** Referem-se, principalmente, a processo de compensação de PIS repique dos anos de 1995 a 2002. **(iii)** Referem-se, principalmente, a auto de infração por atraso na entrega de declarações e falta de informação de Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). Em 30 de setembro de 2009, foi requerido pelo Banco a desistência da impugnação e a extinção da exigência fiscal em adesão ao REFIS, sendo homologado pela Secretaria da Receita Federal em 2 de dezembro de 2011 (Nota 18.d). **(iv)** Referem-se a processo de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF que foi julgado favorável ao Banco, por decadência de todo o período de autuação, atualmente os autos aguardam acórdão com recurso da Procuradoria da Fazenda. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é possível. **(v)** Referem-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R$ 1.351 (R$ 1.210 em 2010), registrado em títulos e valores mobiliários, no ativo realizável a longo prazo, na rubrica de vinculados à prestação de garantia. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota. **b)** A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	Obrigações legais e Provisão para riscos fiscais	Provisão para riscos trabalhistas	Provisão para riscos cíveis	Sucumbências cíveis (*)	Total
Saldo em 31/12/2009	3.996	111	1.155	1.221	6.483
Constituição	64	–	–	–	64
Baixas (*)	(146)	–	–	(4)	(150)
Saldo em 31/12/2010	3.914	111	1.155	1.217	6.397
Constituição	82	–	–	3	85
Baixas (**)	(2.118)	(111)	(1.045)	(1.038)	(4.312)
Saldo em 31/12/2011	1.878	–	110	182	2.170

(*) Em 2011, o processo de contribuição social referente ao exercício de 1993 foi julgado favorável ao Banco, transitado em julgado em 31 de maio de 2011, não cabendo mais qualquer recurso, sendo que a provisão anteriormente constituída, no montante de R$ 111 foi revertida para o resultado do primeiro semestre de 2011. Em 2010, o Banco quitou o auto de infração referente à CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira) incidente em operações de ACC (Adiantamento sobre contrato de câmbio) no valor de R$ 146. (**) Devido a julgamentos favoráveis ocorridos no primeiro semestre de 2011 e consequente reenquadramento pelos assessores jurídicos do Banco, para risco de perda remota, a Administração reverteu às provisões anteriormente constituídas, sendo R$ 2.942 em contrapartida ao resultado do exercício (nota 28.a) e R$ 97 em contrapartida a depósitos judiciais compõe o saldo de movimentação, o montante de R$ 1.273 explicado na nota 18.d. **c)** O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

2011	Obrigações legais e Provisão para riscos fiscais		Provisão para riscos Cíveis e sucumbências	
Perdas	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	354	354	–	–
Possíveis	2.978	1.524	1.307	290
Remotas	1.468	–	2	2
Total	4.800	1.878	1.309	292
Quantidade	7		6	

2010	Obrigações legais e Provisão para riscos fiscais		Provisão para riscos trabalhistas		Provisão para riscos cíveis e sucumbências	
Perdas	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	341	341	–	–	840	840
Possíveis	2.922	1.470	31	31	1.532	1.532
Remotas	3.722	2.103	133	80	–	–
Total	6.985	3.914	164	111	2.372	2.372
Quantidade	8		4		6	

d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei n° 11.941/2009). Em 30 de setembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei n° 11.941/09, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

Tributos federais	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
CPMF	998	1.091	2.089	1.273

O referido REFIS foi homologado pela Secretaria da Receita Federal e a provisão e o depósito judicial anteriormente constituída foram revertidas, no montante de R$ 1.273.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação	8.315	15.002	15.585
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(3.326)	(6.001)	(6.234)
Efeito das adições e exclusões na apuração do imposto:			
Despesas com gratificações e benefícios	(1.179)	(1.587)	160
Provisões constituídas em exercícios anteriores (*)	829	2.535	1.566
Juros sobre capital próprio (nota 20)	3.831	3.831	–
Incentivo fiscal e PAT	327	327	–
Base negativa de exercícios anteriores	–	83	–
Outros	18	30	45
Imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	500	(782)	(4.463)

(*) Referem-se, basicamente, as provisões para contingências, cíveis e fiscais, referente ao Banco Financial Portugues (nota 19.c), que não foram constituídos créditos tributários anteriormente por não ter atendido as exigências da Resolução CN nº 3.059. **b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias:**
A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$ 14.794 (R$ 6.122 em 2010), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.059. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

Composição dos créditos tributários	2011	2010
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	4.410	3.259
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.921	773
Provisão para Risco de Crédito de garantias e fianças prestadas	559	–
Provisão para contingências fiscais	1.411	1.566
Outras	493	524
Saldo no exercício	14.794	6.122

Créditos Tributários	Provisão para Contingências Fiscais	Gratificações e benefícios a empregados e diretores	Provisão para risco de créditos de garantias e fianças prestadas	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro 2009	–	2.000	–	161	277	2.438
Constituição Líquida da realização	1.566	1.259	–	612	247	3.684
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.566	3.259	400	773	124	6.122
Constituição Líquida da realização	(155)	1.151	159	7.148	369	8.672
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.411	4.410	559	7.921	493	14.794

Composição obrigações diferidas	2011	2010
Ajustes de marcação a mercado de derivativos (*)	(160)	(741)

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos foi apurada pelo resultado da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos futuros no exercício de 2011 (Nota 17.b).

Obrigações diferidas Movimentação	Ajuste MTM derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2009	–
Constituição	(741)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(741)
Realização líquida da constituição	581
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(160)

c) Créditos tributários não registrados: O Banco apresenta créditos tributários de diferenças temporárias oriundas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para perdas em ativo permanente no montante de R$ 387(R$ 4.216 em 2010) do Banco Financial Português. Estas diferenças temporárias serão reconhecidas quando efetivamente realizadas. **d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:** Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

Ano	Crédito Tributário
1º ano	12.819
2º ano	229
3º ano	–
4º ano	–
5º ano	1.746
Total	14.794

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários totalizava R$ 13.324.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, em 2011 e 2010, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior. A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2010, deliberou sobre o aumento de capital social, no montante de R$ 277.000, através da emissão de 743.170 ações ordinárias, sem valor nominal, em 2 (duas) parcelas, no montante de R$ 138.500, sendo a primeira parcela integralizada em 10 de fevereiro de 2010 e a segunda em 8 de julho de 2010. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2010. Conforme previsto no Estatuto Social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o Banco, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, optou pela distribuição dos juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação média da TJLP, o que resultou na destinação aos acionistas de R$ 9.577 (Imposto de Renda na Fonte de R$ 1.436). Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício em R$3.831.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são as seguintes:

2011	Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Banco Nacional Ultramarino	CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda	Caixa Banco de Investimento	Administradores	Caixa Geral de Depósitos - New York	Total
Despesas antecipadas - comissão diferida	847	–	–	–	–	–	847
Câmbio comprado	9.585	–	–	–	–	–	9.585
Outros créditos	53	–	–	–	–	–	53
Câmbio vendido	(9.611)	–	–	–	–	–	(9.611)
Outras obrigações	(173)	–	–	–	–	–	(173)
Títulos e crédito a receber - créditos sub-rogados	–	–	–	17.218	–	–	17.218
Valores a receber por prestação serviços	–	–	2	2.161	–	–	2.163
Outros créditos a receber	–	–	–	930	–	–	930
Valores a pagar - serviços prestados	–	–	–	(33)	–	–	(33)
Obrigações por empréstimo no exterior	–	–	–	–	–	(4.219)	(4.219)
Saldos em moeda estrangeira	4.122	–	–	–	–	–	4.122
Depósito à vista	(5)	–	(43)	–	–	–	(48)
Depósito a prazo	(52)	–	–	(6.019)	(929)	–	(7.000)
Receita prestação de serviços	32	1.825	30	–	–	–	1.887
Receita comissão estruturação operação	–	–	–	2.161	–	–	2.161
Despesas juros, comissão e captação	(13)	–	–	(298)	(74)	(10)	(395)
Total	4.785	1.825	(11)	16.120	(1.003)	(4.229)	17.487

2010	Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Caixa Banco de Investimento	Total
Valores a pagar - serviços prestados	(4)	–	(4)
Saldos em moeda estrangeira	75	–	75
Despesas de empréstimos e repasses	(376)	–	(376)
Receita comissão, estruturação, operação	–	5.004	5.004
Total	(305)	5.004	4.699

Em 2011, para além das transações mencionadas anteriormente, o Banco assinou em 28 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos, contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 29.d).

22. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido equivalente a no mínimo de 11% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de riscos, acrescidos de percentuais sobre riscos de crédito de *swap*, sobre as exposições em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

a) Índice da Basileia

Descrição	2011 Valor destacado	2011 Risco	2010 Valor destacado	2010 Risco
Parcela de risco de crédito - PEPR	136.876		78.204	
Parcela de risco operacional - PJUR	1.076		2.160	
Parcela de risco operacional - PACS	–		–	
Parcela de risco operacional - POPR	4.888		2.743	
Patrimônio de referência exigido - PRE	142.840		83.107	
Patrimônio de referência para limite de compatibilização do PR com PRE	417.791		413.153	
Fator de risco - 11% sobre PR	–	45.957	–	45.447
Índice da Basileia (% fator de risco/PRE)		32,17%		54,68%

b) Limites de imobilização

Descrição	2011	2010
Limite de 50% do PR	208.895	206.576
Situação	1.674	2.791
Margem	207.221	203.785
Índice de imobilização	0,80%	1,35%

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo em 19 de maio de 2011. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em razão disso, a Administração deliberou sobre a constituição de provisão no montante de R$ 12.274 (R$ 8.415 em 2010), a ser efetivamente liquidada em 2012. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2011 foi prevista em Assembléia Geral Ordinária de 25 de agosto de 2011, sendo fixada no montante de R$ 5.700, no que inclui salários, encargos e benefícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi pago aos Administradores o montante de R$ 3.069 (R$ 1.148 em 2010).

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 2011 e 2010, as receitas de prestação de serviços estão representadas principalmente por comissão de assessoria em estruturação de operações.

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	9.494	16.561	18.098
Rendas garantias prestadas	1.835	3.507	3.397
Outras	124	162	473
Total	11.454	20.230	21.968

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Estão assim representadas:

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	2.732	5.373	5.079
Aluguel	1.420	2.363	1.731
Serviços técnicos especializados	1.021	1.877	1.482
Depreciação e amortização	412	815	733
Serviços do sistema financeiro	322	627	954
Viagens	562	866	621
Promoções e relações públicas	235	496	285
Seguros	161	372	517
Manutenção e conservação de bens	224	395	354
Comunicação	202	359	309
Publicação	171	427	248
Vigilância e segurança	133	265	251
Serviço de terceiros	114	191	124
Transportes	65	120	111
Outras	981	1.310	549
Total	8.755	15.856	13.348

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Estão representadas por:

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas Cofins	1.831	3.833	4.306
Despesas impostos s/serviços prestados	481	836	929
Despesas PIS	298	623	700
Despesas IOF	4	8	1.089
Outras	256	306	59
Total	2.870	5.606	7.083

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	414	1.060	1.440
Variação monetária ativa	932	999	85
Reversão para riscos em garantias prestadas	278	278	–
Reversão de provisões operacionais (nota 18 b.)	–	2.942	–
Outros	12	512	17
Total	1.636	5.791	1.542

b) Outras despesas operacionais

	2011		2010
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Provisão para riscos em garantias prestadas	347	675	1.001
Processos fiscais e cíveis (nota 18 b.)	35	85	64
Multas e juros	79	310	350
Outras despesas	32	182	161
Total	493	1.252	1.576

29. INFOMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças: Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	2011	2010
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas	315.471	195.045

b) Benefícios a empregados: Em 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante dessa contribuição foi de R$ 272. **c) Contratos de seguros:** O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R$ 9.348. E o período de cobertura se estende até fevereiro de 2012. **d) Linha de crédito com a matriz:** O Banco assinou em 28 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos, contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. O prazo de vigência deste contrato é de 3 anos, renovados anualmente. Foi paga comissão de R$ 859 registrada na rubrica de despesas antecipadas que será diferida pelo período de 1 ano.

A Diretoria

Controller - Fabiano Siqueira de Oliveira - CRC 1SP240801/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.** ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Caixa Geral - Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Gilberto Bizerra De Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.